CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS**Aviso n.º 12 289/2007****Direito à carreira — Nomeação**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 20 de Junho de 2007, António Manuel Mendes Lopes foi nomeado definitivamente na categoria de técnico superior assessor principal, engenheiro civil, índice 710, escalão 1, com efeitos reportados a 4 de Setembro de 2006, data a partir da qual completou o módulo de tempo para a progressão na carreira e posicionamento na categoria em virtude do número de anos continuado no exercício de funções dirigentes (desde 1 de Fevereiro de 2003), não tendo ocorrido mudança de categoria ou de carreira na pendência do exercício de cargo dirigente (desde 4 de Setembro de 2000) e tratando-se da categoria mais elevada da carreira, ao abrigo do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e das regras previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro. [Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Rui Manuel de Almeida e Silva*.

2611026895

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS**Aviso n.º 12 290/2007**

1 — Para os devidos efeitos, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por despachos do presidente da Câmara Municipal de Góis de 7 de Maio e de 13 de Junho de 2007, respectivamente, se encontram abertos pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, os concursos internos gerais de acesso e o concurso interno geral de ingresso abaixo indicados e para provimento de:

A — dois lugares de assistentes administrativos especialistas, da carreira de assistente administrativo, do grupo de pessoal administrativo;

B — dois lugares de assistentes administrativos principais, da carreira de assistente administrativo, do grupo de pessoal administrativo;

C — Um lugar de chefe de secção (obras particulares), da carreira de chefe de secção, do grupo de pessoal de chefia.

2 — As remunerações são as resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412-A/98 e legislação complementar.

3 — As respectivas actividades serão exercidas na área do município de Góis e as funções a desempenhar são as inerentes aos lugares a prover.

4 — Os presentes concursos regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4.1 — A estes concursos poderão ser admitidos funcionários ou agentes que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

Generais — os enunciados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 30 de Dezembro.

Especiais:

Para o concurso A e B — os enunciados na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Para o concurso C — os enunciados no n.º 1 do artigo 7.º da lei acima referida.

5 — Os candidatos deverão apresentar na Secção de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, até ao último dia do prazo e dentro do horário oficial, requerimento de admissão a concurso, endereçado ao presidente da Câmara Municipal de Góis, devendo constar:

a) Identificação completa (nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número do bilhete de identidade, bem como o serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte, morada completa, número de telefone, etc.);

b) Declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra sobre a situação precisa em que se encontra em relação às alíneas a),

b), c), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

c) Indicação da categoria e serviço a que está vinculado, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, carreira e na função pública;

d) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem publicado;

e) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

5.1 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Documento autêntico ou autenticado, comprovativo de habilitações literárias;

b) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente autenticada, da qual constem, inequivocamente, a existência e a natureza do vínculo, a categoria que detém e o tempo de serviço na Administração Pública;

c) Declaração ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea e) anterior, sem o que as mesmas não serão consideradas;

d) Os funcionários pertencentes a esta Câmara Municipal são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual;

e) Currículo detalhado e devidamente assinado pelos candidatos.

6 — Os concursos são abertos apenas para preenchimento das vagas agora postas a concurso, caducando com o preenchimento das mesmas.

7 — A seleção dos candidatos admitidos aos concursos será feita através de prova de avaliação curricular e de entrevista profissional de seleção.

7.1 — Na avaliação curricular serão considerados e ponderados, de acordo com a exigência da função:

a) A habilitação académica de base;

b) A formação profissional;

c) A experiência profissional;

d) Outros factores de valorização profissional, nomeadamente classificação de serviço.

7.2 — A prova de entrevista profissional de seleção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de seleção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, consta da acta das reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9 — Os candidatos excluídos (por não reunirem os requisitos de admissão) serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho; os candidatos admitidos serão convocados nos termos do artigo 35.º do referido decreto-lei e a publicação da lista de classificação final será feita nos termos do artigo 40.º do mesmo decreto-lei.

10 — Os júris dos concursos terão a seguinte composição:

Concursos A e B:

Presidente — Francisco Manuel Almeida Nogueira Dias, chefe de secção.

1.º vogal efectivo — Pedro Manuel Campos Dias Nogueira, chefe de secção, o qual substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos.

2.º vogal efectivo — Ana Cristina Garcia Cunha e Santos, chefe de secção.

1.º vogal suplente — Dr. Pedro Pereira Alves, consultor jurídico.

2.º vogal suplente — Dr. Mário Barata Garcia, chefe de divisão.

Concurso C:

Presidente — engenheiro Diamantino Jorge Simões Garcia, vereador.

1.º vogal efectivo — engenheiro Carlos Cabaço Dias Correia, técnico superior assessor principal, o qual substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos.

2.º vogal efectivo — engenheira Sandra Maria Gonçalves Coelho, técnica de 2.ª classe.

1.º vogal suplente — arquitecta Elizabeth Cristina Jesus Afonso, técnica superior de 2.ª classe.

2.º vogal suplente — engenheira Helena Pedruco Jorge Conceição, técnica superior de 2.ª classe.

14 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Girão Vitorino*.

2611027031